

BANCÁRIOS DEFINEM PLANO DE LUTAS CONTRA RETIRADA DE DIREITOS

Com reajuste salarial definido por campanha de dois anos fechada em 2016, trabalhadores farão mobilização nacional em defesa dos bancos públicos, contra terceirização, contratos precários de trabalho e retirada de direitos impostos pelas reformas trabalhista e da Previdência

Os bancos que não tentem usar a reforma trabalhista para terceirizar empregos bancários, impor contratos precarizados, retirar direitos. Reunidos na 19ª Conferência Nacional, 696 bancários representando trabalhadores de todo o Brasil, definiram, no domingo 30, planos de luta em defesa dos empregos, dos bancos públicos e para se opor à retirada de direitos imposta pelas reformas trabalhista e da Previdência. Esses temas estiveram no centro dos debates nos três dias da Conferência, iniciada na sexta 28, em São Paulo.

“Vamos manter uma mobilização nacional na defesa dos empregos e dos direitos dos trabalhadores, será uma resistência permanente”, afirma a presidenta do Sindicato, Ivone Silva (fo-



to). “Esses três dias de debates deixaram ainda mais claro para os trabalhadores as injustiças por trás dessas reformas que estão sendo feitas de encomenda pelo setor financeiro, maus empresários e industriários para engordar ainda mais seus lucros.”

Por isso, explica a dirigente, a luta será conjunta, não somente entre os bancários de todo o Brasil, mas também ao lado de trabalhadores de outras categorias e de movimentos sociais. “Toda a sociedade brasileira está perdendo com essas reformas que estão acabando com o mercado interno, enfraquecendo o país e nos tornando novamente reféns do capital internacional”, critica a presidenta do Sindicato.

Um documento será entregue à federação dos bancos (Fenaban), explicitando ponto por ponto a oposição dos bancários à reforma trabalhista (veja na página 4 os principais pontos). “Não aceitaremos qualquer alteração nos contratos de trabalho e queremos respeito a todas as cláusulas da nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)”, avisa o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten. “Não aceitaremos, por exemplo, a prevalência do negociado sobre o legislado que tem o objetivo de retirar direitos. E queremos garantias de respeito aos empregos e direitos da categoria.”



ACORDO DE DOIS ANOS – A Campanha Nacional Unificada 2016 garantiu aos bancários, após 31 dias de greve, um acordo com validade de dois anos para todos os trabalhadores de bancos públicos e privados do país.

A estratégia mostrou-se ainda mais acertada, diante do agravamento da política de retirada de direitos com o governo Temer. “Os bancários têm direitos previstos e garantidos na CCT até 31 de agosto de 2018. Não aceitaremos desrespeito a nenhum desses direitos. Além disso, num ano em que a perspectiva de reajuste é muito ruim, os bancários têm garantida, a partir de 1º de setembro, reposição total da inflação mais 1% de aumento real para salários e todas as demais verbas, inclusive a PLR”, explica Ivone. “Assim, todo foco da nossa mobilização estará voltado para a defesa dos bancos públicos, dos direitos e empregos bancários, pelo fortalecimento do movimento sindical ao lado dos trabalhadores. Só essa luta conjunta poderá fazer frente aos ataques contra a classe trabalhadora.” ✨

AO LEITOR

Só a luta nos garante

Nesse fim de semana, quase 700 delegados eleitos pelos bancários em todo o país definiram o plano de lutas em defesa dos empregos, dos bancos públicos e contra a retirada de direitos.

Será entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) um documento político reivindicando um termo de compromisso contra o retrocesso imposto pela reforma trabalhista. Nossa luta será pelo combate à terceirização sem limites e precarização do trabalho; pelo reestabelecimento do Estado democrático de direito e o fortalecimento dos sindicatos.

Outro item importante é a realocação dos trabalhadores atingidos pelos processos tecnológicos. A tecnologia precisa de fato melhorar a vida das pessoas, todos precisam ganhar com esse processo e não apenas os banqueiros como vem acontecendo, já que estão demitindo bancários e elevando as tarifas dos clientes.

Não aceitaremos qualquer alteração nos contratos de trabalho e queremos respeito a todas as cláusulas da nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Os trabalhadores estão mobilizados contra a retirada de direitos. Acompanhem nossas notícias no nosso site, Twitter e Facebook.

Ivone Silva

Presidenta do Sindicato

Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP

Presidenta: Ivone Silva

Diretora de Imprensa: Marta Soares

e-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br

Redação: André Rossi, Andréa Ponte Souza, Danilo Motta, Felipe Rousselet, Rodolfo Wrolli e William De Lucca

Edição Geral: Cláudia Motta

Diagramação: Fabiana Tamashiro e Linton Publio

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: Paulista: R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7873/3285-0027 (Metrô Brigadeiro).

Norte: R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metrô Santana). Sul: Av. Santo Amaro, 5.914, tel. 5102-2795. Leste: R. Icem, 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metrô Tatuapé). Oeste: R. Benjamin Egas, 297, Pinheiros, tel. 3836-7872.

Centro: R. São Bento, 365, 19ª andar, tel. 3104-5930. Osasco e região: R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

Facebook: /spbancarios

YouTube: /spbancarios

www.spbancarios.com.br

CAIXA FEDERAL

Temer quer aniquilar Saúde Caixa

Há intenção de mudar forma de custeio dos planos de saúde das estatais; movimento sindical prepara calendário de luta

Na semana passada foi revelada a intenção do governo Temer de mudar a forma de custeio dos planos de saúde em estatais como a Caixa, impondo mais custos aos empregados.

Dentre as mudanças estão a paridade de custeio entre a mantenedora (empresa estatal) e empregados (50% para cada parte); limite de gastos com assistência à saúde a 8% da

folha de pagamento de ativos e aposentados; determina que novas adesões aos planos existentes só podem ser feitas se as contribuições forem distintas por faixa etária e faixa salarial; que todo plano de empresa estatal cobre coparticipação nos serviços de saúde.

As propostas constam em duas resoluções não oficiais da CGPAR, vinculada ao Minis-

tério do Planejamento.

“Essas intenções reforçam que Temer está priorizando os planos de saúde privados”, afirma Dionísio Reis, diretor executivo do Sindicato e conselheiro municipal de saúde.

Pelas regras atuais do Saúde Caixa, o banco arca com 70% do custeio, e os empregados, 30%. O atual modelo não discrimina idade, salário ou



se o empregado é aposentado ou da ativa. Todos pagam o mesmo valor.

Junto com a Apcef/SP, o Sindicato está organizando um cronograma de reuniões a fim de informar e mobilizar os empregados em relação a essas mudanças. ✨

bit.ly/CaixaSaude

BANCO DO BRASIL

Retomada CCV para 7ª e 8ª horas

Diretoria de Pessoas do banco havia informado que interrupção seria temporária; novas reuniões serão marcadas

O Banco do Brasil informou ao Sindicato que irá retomar as Comissões de Conciliação Voluntária (CCV) para requerimento das 7ª e 8ª horas para o pessoal da ativa. O processo havia sido suspenso pelo banco, de modo unilateral, no início de julho.

A CCV é um fórum extrajudicial facultativo que possibilita ao funcionário pleitear

verbas salariais e outros direitos trabalhistas sem a necessidade de recorrer à Justiça. “Trata-se de uma importante ferramenta para acordos, principalmente referentes a 7ª e 8ª horas para assistente, analista e assessor”, explica Renato Augusto Carneiro, dirigente do Sindicato.

A Comissão de Empresa dos Funcionários recebeu notifica-



ção do banco liberando a marcação de novas CCVs. Mesmo durante o período de suspensão, o Sindicato continuou realizando protocolo com pedidos dos bancários, conforme havia sido combinado com o banco, para não prejudicar os

trabalhadores na contagem de tempo para prescrição. Assim que o BB der resposta sobre os pedidos enviados, novas reuniões serão marcadas.

Justificativa – Ao tomar conhecimento da suspensão, o Sindicato enviou ofício cobrando esclarecimentos à Diretoria de Pessoas (Dipes). Em resposta, foi informado que a interrupção seu deu para planejamento das sessões, devido à elevada demanda no semestre passado. ✨

PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Curso do Sindicato forma papais para o século 21



Atenção, papais! Já estão abertas as inscrições para a próxima turma do curso de Paternidade Responsável do Sindicato. As aulas começam 21 de agosto e são requisito para ter direito à licença-paternidade estendida, de 20 dias.

O curso tem duração de quatro dias e é realizado das 19h às 22h. O programa é elaborado de maneira a oferecer ao participante um conteúdo interdisciplinar, pensando a família em sua totalidade.

A inscrição é gratuita para sócios do Sindicato. Basta entrar em contato pelo 3188-5200. Para os demais bancários, há uma taxa de R\$ 50. Vale lembrar que a matrícula pode ser realizada em qualquer tempo de gestação. Mas não dê bofeira! As vagas são limitadas a 25 participantes por turma.

Os assuntos abordados são redimensionamento do papel dos pais, desafios para a família, cuidados com o recém-nascido e educação para a autonomia. Saiba mais bit.ly/CursoPaternidade. ✨

BRDESCO

PDVE: Sindicato não dará anuência

Banco não vai mais cobrar carta da entidade para aceitar adesão de bancários ao plano de desligamento

Os bancários que aderirem ao Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE) do Bradesco não precisarão de carta de anuência do Sindicato. A entidade só se posicionará no dia da homologação, após revisar se todos os direitos dos trabalhadores estão sendo cumpridos.

Essa foi uma das cobranças



▶ Dirigentes Sandra Regina e Neiva Ribeiro em ato por empregos e direitos

da Comissão de Organização dos Empregados (COE), em reunião com o banco no dia 20. “Não participamos do processo, portanto, o banco não pode exigir nossa anuência para entrada no programa. Mas iremos dar toda assistência aos bancários

para que tomem a melhor decisão e alertaremos para possíveis riscos e precauções que devem tomar para resguardar seus direitos”, diz a secretária-geral do Sindicato, Neiva Ribeiro. “Todo o processo deve ocorrer com respeito ao direito de escolha

dos trabalhadores”, acrescenta.

Também foi cobrado que nenhum bancário seja demitido até o fim do PDVE (31 de agosto), e a instalação do centro de realocação e requalificação.

O Sindicato mantém plantão para esclarecer dúvidas. Basta agendar via WhatsApp (97593-7749) ou pelo 3188-5200.

Plenária – Além disso, haverá plenária para tirar dúvidas sobre o PDVE na segunda 3, às 18h30, na Regional Osasco (Rua Pres. Castelo Branco, 150, Centro). ✨

➤ bit.ly/AnuenciaPDVE

LUCRO DE R\$ 9 BI

O Bradesco lucrou R\$ 9,3 bilhões no primeiro semestre de 2016, aumento de 13% em relação a junho de 2016. Ainda assim, eliminou 4.779 empregos em 12 meses. Em junho de 2017, o banco tinha 5.068 agências, 585 unidades a mais que junho de 2016, devido à compra do HSBC. Quando comparado com setembro de 2016, no entanto, fechou 269 agências. “O Bradesco não foge à regra dos bancos brasileiros, que ganham muito e não oferecem contrapartida ao país”, critica a dirigente Erica de Oliveira. Leia íntegra no bit.ly/LucroBra.

SANTANDER

Lucro recorde com corte de empregos

Resultado do semestre chegou a R\$ 4,6 bi, aumento de 33%; ainda assim, banco eliminou 2 mil postos de trabalho

O Santander atingiu o maior lucro de sua história para um semestre: R\$ 4,612 bilhões em junho. Crescimento de 33,2% em relação ao mesmo período de 2016. O Brasil segue sendo o país onde o grupo espanhol tem seu maior resultado, que cor-

responde a 26% de seu lucro global. Em seguida vem o Reino Unido, com 17%, e a Espanha, com 15%.

Mesmo assim, continua extinguindo empregos no país. Eliminou 2.281 vagas em 12 meses (junho de 2016 a junho de 2017), reduzindo

o total de funcionários para 46.596. O banco também fechou agências. Foram 11 unidades encerradas no semestre, passando para 2.255.

“Os ganhos expressivos obtidos no Brasil não se traduziram em nenhuma contrapartida social, já que o banco segue fechando agências e demitindo milhares de pais e mães de família, trabalhadores que geraram esse lucro as-



a diretora executiva do Sindicato e bancária do Santander, Maria Rosani.

Somente com a receita de tarifas e prestação de serviços, o Santander cobre 170% do total de suas despesas de pessoal. “Esse dado comprova que o Santander não só pode, como deve contratar mais funcionários”, acrescenta a dirigente. ✨

➤ bit.ly/SantanderLucra

tronômico por meio de seu esforço e dedicação”, critica

FUNDAÇÃO ITAU-UNIBANCO

Participantes elegeram Chapa 1

Candidatos apoiados pelo Sindicato estarão nos conselhos Deliberativo e Fiscal e comitês dos planos de previdência

A Chapa 1 saiu vitoriosa na eleição para representantes dos participantes nos conselhos Deliberativo e Fiscal e comitês dos planos de previdência complementar da Fundação Itaú-Unibanco.

O secretário de Saúde do

Sindicato e bancário do Itaú, Carlos Damarindo, o Carlão, será representante nos planos Futuro Inteligente e Itaubank. “Vamos cuidar de um patrimônio que é nosso, dos bancários, sempre com o intuito de melhorar o Fundo”, disse Carlão.

O dirigente explica que há mais de 40 mil trabalhadores da holding que não têm cobertura por parte da empresa. A ideia, segundo ele, é fazer com que a companhia aloque esses profissionais. “O primeiro passo é tomar conhecimento sobre a dinâ-

mica do Fundo. Depois, é ficar colado na direção para enfrentarmos desafios como esse”, declarou.

Na votação para conselhos Deliberativo e Fiscal – Ativos, a Chapa 1 teve 1.879 votos. Na votação para o Conselho Deliberativo e Fiscal – Assistidos, foram 2.973 votos. ✨

➤ bit.ly/ChapaUmltau



▶ Carlão e Erica eleitos

19ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

Informação para fortalecer a luta

A força da Convenção Coletiva Nacional dos bancários vem do poder de luta e mobilização de toda a categoria. Dos maiores sindicatos até os menores, no interior do Brasil, todos são fundamentais para essa organização. A Conferência Nacional promove um debate amplo, plural e democrático, ampliando horizontes e a troca de conhecimentos. Painéis com especialistas ajudaram a ilustrar o quadro nacional e contribuíram para a construção dos planos de luta em defesa dos empregos, dos bancos públicos e para se opor à retirada de direitos imposta pelas reformas trabalhista e da Previdência. A cobertura completa está no www.spbancarios.com.br. Aqui você acompanha alguns trechos desses debates.

FOTOS: CAETANO RIBAS, JANILSON GARCIA/CORINTIAF-CUT E SEESP-SP



“De 2008 para cá, cada vez mais a organização econômica visa gerar formas de transferência de riqueza para os já detentores da riqueza. Em 10 anos, 95% da riqueza gerada nos EUA foi transferida para 1% da população. É dessa desigualdade que estamos falando. Desde 2008, o capital financeiro tomou a decisão de comandar politicamente o mundo.”

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, painel *Reforma Trabalhista*



“Não temos uma crise fiscal no país, embora a mídia repita isso até nos enjoar. Estudo isso há 23 anos, o problema não é da Previdência. A política macroeconômica do governo é que a atinge, provocando deliberadamente a crise com desonerações tributárias: foram R\$ 282 bi em 2015 – mais que tudo que gastou com educação, saúde, ciência e tecnologia, transporte; mais de R\$ 150 bi saíram das receitas da seguridade social. Essas desonerações viraram lucro para empresas, não viraram emprego, apesar de abrir mão de recursos que são nossos, dos trabalhadores. Esse governo abriu guerra contra a classe trabalhadora e nossa resposta a isso tem de ser fora Temer e diretas já!”

Denise Lobato Gentil, doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, painel *Reforma da Previdência*

“Os bancos públicos são fundamentais nessa questão [promoção da inclusão dos cidadãos]. A Caixa cresceu extraordinariamente no bojo da expansão das políticas sociais. Banco privado vive não de financiar produção, consumo, pesquisa. Vive de financiar papéis, vive do endividamento de empresas, de pessoas, de famílias.”

Emir Sader, sociólogo, painel *Em Defesa dos Bancos Públicos*



“Contratos intermitentes, contratos temporários, têm criado a pauperização de empregados. Nós temos hoje um exército de trabalhadores que são pobres e que está submetido à escassez de postos de trabalho por causa do avanço da tecnologia, sem a presença de sindicatos. A reforma trabalhista é racista, misógina, ataca fundamentalmente as mulheres, os jovens e aprofunda as desigualdades já existentes.”

Daniela Muradas Reis, pós-doutora em Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais, painel *Reforma Trabalhista*



“Temos de construir um projeto de desenvolvimento com outros setores da sociedade calcado na luta nas ruas, trabalhando para eleger um parlamento que tenha a ver com as nossas necessidades, convencendo a sociedade que esse modelo [atual] não nos interessa.”

Vagner Freitas, presidente da CUT, painel *Análise de Conjuntura*



“O movimento sindical deve trabalhar junto aos reguladores, como o Banco Central, exigir controle dos riscos das novas empresas digitais, das fintechs, como tem nos bancos. E isso se faz com emprego bancário. Participar de audiências públicas, pressionar o Legislativo, criar canais de denúncias para bancos digitais. Atuação sindical e mobilizações digitais: #mobilização, #ação.”

Moisés Marques, diretor acadêmico da Faculdade 28 de Agosto, painel *Defesa do Emprego Frente às Novas Tecnologias*



“São ataques aos direitos trabalhistas que visam transformar o trabalhador em um semiescravo, sem nenhum direito, numa fantasia de liberalismo econômico falida completamente na Europa. A solução para isso é que nós, 95% da população, nos convençamos que 5% não são imbatíveis. Eleições diretas e referendo revogatório de todas as barbaridades votadas até agora.”

Senador Roberto Requião (PMDB-PR), painel *Reforma Trabalhista*

PRINCIPAIS PONTOS DO DOCUMENTO QUE SERÁ ENTREGUE AOS BANCOS

- ✓ Não à terceirização
- ✓ Não ao contrato temporário
- ✓ Não à contratação de autônomos
- ✓ Não ao contrato intermitente de trabalho
- ✓ Não ao teletrabalho sem negociação com os sindicatos
- ✓ Não ao termo de quitação das obrigações trabalhistas
- ✓ Não à jornada 12 x 36 horas
- ✓ Não ao parcelamento da PLR em mais de duas vezes
- ✓ Manutenção das homologações feitas pelos sindicatos para fiscalizar o devido pagamento dos direitos dos demitidos
- ✓ Não à rescisão do contrato de trabalho em comum acordo, na qual os trabalhadores só perdem
- ✓ Não ao limite à liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores
- ✓ Contra prêmios e bônus que não integrem os salários
- ✓ Garantia dos centros de realocação e requalificação
- ✓ Respeito à jornada de trabalho dos bancários como forma de preservação da saúde
- ✓ CCT válida para todos os trabalhadores dos bancos
- ✓ Que todos os trabalhadores da atividade-fim dos bancos sejam representados pelos sindicatos de bancários
- ✓ Assinatura de termos de responsabilidade por parte do empregador não eximirá o empregados da responsabilidade com a saúde dos trabalhadores
- ✓ Livre acesso dos dirigentes sindicais às agências digitais
- ✓ Garantia da ultratividade (validade) da CCT até a celebração de novo acordo
- ✓ Garantia de que as gratificações de função sejam incorporadas após 10 anos de recebimento